

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000020
mm

PROCESSO Nº 978/2022

20/04/22 - 10:07, R.A.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Ofício nº 62/2022 - GVMM

Toledo, 20 de abril de 2022.

Aos Senhores

EDUARDO HOFFMANN

FABIANO SCUZZIATO

Assessores Jurídicos

Câmara Municipal de Toledo

Assunto: Solicita a emissão de parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 57/2022.

Senhores Assessores,

Considerando o disposto nos incisos I, II, V e VI do artigo 8º da Lei nº 1.964, de 13 de agosto de 2007, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Toledo;

Considerando o disposto nos incisos I, II e V do artigo 12 e nos incisos II, V, IX, XIII, XV, XVIII, XXV e XXVI do artigo 25 do Ato nº 29, de 23 de maio de 2019, que regulamenta a estrutura administrativa e define as atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Toledo:

Considerando o disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 e no § 1º do artigo 162 do Regimento Interno;

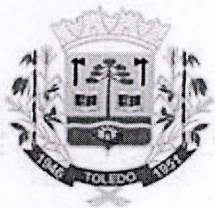
Solicito aos assessores jurídicos a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 57/2022, que deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;
- b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;
- c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e
- d) a conclusão a respeito da constitucionalidade e da legalidade da matéria.

Atenciosamente,


MARCELO MARQUES
VEREADOR

Página 1 de 1



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

21
mm

PARECER JURÍDICO Nº 110.2022

Assunto: Projeto de Lei nº 57.2022

Protocolo: 978.2022, Vereador Marcelo Marques

Objetivo: Autoriza o Executivo Municipal a celebrar contrato de concessão de uso do Hospital Regional de Toledo.

Parecer: Legalidade.

1. Relatório

Solicitou o Vereador Marcelo Marques, emissão de parecer jurídico referente ao *Projeto de lei nº 57.2022 que o Executivo municipal a celebrar contrato de concessão de uso do Hospital Regional de Toledo.*

É o relatório.

2. Parecer

A principal norma que regulamenta a concessão de direito real de uso é o Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. No âmbito municipal, há o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 001.1990, que dispõe:

Art. 16 – A concessão administrativa de uso de bem público municipal, para exploração segundo destinação específica, dependerá de autorização legislativa e de processo licitatório. (redação dada pela Lei Complementar nº 19, de 15 de junho de 2016)

§ 1º - A concessão de uso far-se-á por contrato administrativo, em que constarão as condições de outorga e os direitos e obrigações das partes.

§ 2º - O contrato de concessão administrativa é:

I - transferível, mediante prévio consentimento da administração pública, quando decorrente de concessão cuja licitação tenha sido dispensada nos termos do caput deste artigo in fine;

II - intransferível nos demais casos.

§ 3º - Admitem-se no contrato de concessão de uso:

I - alteração de cláusulas regulamentares;

II - rescisão antecipada.

§ 4º - A concessão administrativa poderá ser gratuita ou remunerada e por tempo certo ou indeterminado, de acordo com as exigências do interesse público.

Portanto, à vista da legislação acima, é condição para a concessão que exista lei autorizativa, de modo que, o parecer é pela legalidade na tramitação.

É o parecer.

Toledo, 27 de abril de 2022.

Assinado de forma digital por
EDUARDO HOFFMANN
Data: 2022.04.27 07:42:52 -03'00'
Eduardo Hoffmann

Assessor Jurídico

Fabiano Scuzziato

Assessor Jurídico